

Marianne L. Wiesebron\*

## ↳ **Bandidos ou guerrilheiros em Portugal: a violência de 1807 até 1870**

**Resumo:** Durante o século XIX, especialmente na primeira metade daquele século, Portugal foi um país instável, caótico, convulsionado por conflitos, rebeliões e guerras, marcada pela gravíssima situação econômica e financeira do país. Neste período, houve confrontos entre muitos grupos diferentes, vinculados aos numerosos movimentos políticos da época, numa luta contínua pelo poder. Aqueles que perdiam o poder, possivelmente os aliados de ontem, muitas vezes continuavam armados. Aqueles considerados bandidos podiam estar ao poder ou excluídos do poder. Outros grupos saqueavam e roubavam sem serem considerados bandidos. Uns eram chamados de guerrilheiros. Este trabalho estuda os vários grupos presentes, os diferentes participantes, como eles eram visto no decorrer dos eventos e até que ponto esta avaliação de bandido ou guerrilheiro pode ser considerada correta. Parece que muitos bandidos eram meramente inimigos políticos.

**Palavras chave:** Banditismo; Violência política; Portugal; Século XIX.

Durante a primeira metade do século XIX, tal como outros países europeus e latino-americanos, Portugal foi um país instável, caótico, convulsionado por conflitos, rebeliões e guerras. Após a Regeneração de 1851, apesar de uma sensível redução do número de conflitos, a violência armada não cessou. Essa foi uma época violenta, marcada pela gravíssima situação econômica e financeira do país. Foi nesse contexto histórico que surgiu e se desenvolveu o banditismo. Objetivando melhor compreender esse fenômeno, iniciaremos por uma descrição dos fatos que marcaram esse período e, após, faremos uma análise de suas conseqüências. Focando nosso estudo na região da Beira, no norte de Portugal, um pouco ao sul do Porto e perto de Coimbra, tentaremos identificar quem eram os chamados bandidos ou considerados como tais, os bandos rivais e quais as razões de tais rivalidades, enfim, quais os outros grupos que saqueavam a região sem serem considerados bandidos.

### **1. Guerras, conflitos e rebeliões (1807-1851)**

Assim como outros países europeus, Portugal sofreu com as guerras napoleônicas de 1807 a 1811 e foi graças à ajuda britânica que os portugueses conseguiram expulsar as

---

\* *Marianne L. Wiesebron, do Departamento de Estudos Latinoamericanos, Universidade de Leiden, é historiadora. Publicou, entre outros estudos: "Coronelismo e cangaço: uma relação delicada" (2001). Endereço eletrônico: m.l.wiesebron@let.leidenuniv.nl.*

tropas de Napoleão do seu país. Dom João, a família real e altos funcionários deixaram Portugal, em 1807, com a chegada das tropas de Napoleão, transferindo-se para a cidade do Rio de Janeiro, na então colônia brasileira, onde permaneceram até que os ingleses deixassem Portugal.

Nesse período, Portugal foi governado por uma regência, embora o poder estivesse nas mãos do marechal William Carr Beresford, o chefe do exército. O país, especialmente o norte, se encontrava numa situação desoladora após quatro anos de guerra. A situação econômica e financeira do país era terrível. Nesse período, os liberais foram ferozmente perseguidos. Em 1817, o tenente-general, Gomes Freire de Andrade e cerca de uma dúzia de outros homens foram executados por conspirar contra Beresford, o governo e as instituições existentes. Essa execução deixou uma profunda impressão, contudo não dissuadiu ações futuras, muito pelo contrário. Em 1820, após a vitória dos liberais na Espanha, Beresford, que receava o contágio dos portugueses, foi ao Brasil pedir mais poderes ao rei. A sua saída do país foi considerada como a oportunidade para o início da revolução. Essa começou com o exército, no Porto, rapidamente se espalhando para o norte do país e, após uma fraca resistência, também para Lisboa (Oliveira de Marques 1984: vol. III, 3-7).<sup>1</sup>

Em 1820, os liberais acabaram por vencer, todavia não se encontravam unidos, divididos que eram em diversas facções com idéias bem diferentes, de radicais até mais moderadas. No final de 1820 há eleições e D. João VI, regressando finalmente a Portugal, aceita se tornar um monarca constitucional. Contudo, líderes do movimento absolutista buscam apoio com a rainha, Dona Carlota Joaquina e o filho, *infante* Dom Miguel. Naquele mesmo ano, foi proclamada a primeira constituição portuguesa, a Constituição de 1822. Foi a Constituição mais liberal, mais progressista do século (Wiesebron 2001: 401-425). Dom Pedro, o príncipe herdeiro, que passou a ser Imperador do Brasil após sua independência em 1822, causou um problema de sucessão quando seu pai, Dom João VI, faleceu no dia 10 de março de 1826. O Imperador do Brasil era considerado príncipe em Portugal e foi aclamado rei, D. Pedro IV, no dia 27 de março. D. Pedro renunciou ao trono português, após conceder uma constituição conservadora, a *Carta Constitucional*, no dia 29 de abril de 1826, e, então proclamando a sua filha de sete anos, Maria da Glória, como sua sucessora, no dia 2 de maio daquele ano.

Mas a mãe de D. Pedro, Dona Carlota Joaquina, queria seu outro filho, o infante Dom Miguel, no trono português. Miguel e sua mãe tinham o apoio de forças absolutistas. Estava em jogo, além do tipo de monarquia, a volta aos valores portugueses, ao catolicismo tradicional contra o liberalismo e a maçonaria, que eram idéias dos inimigos do país. Miguel recebeu a ajuda dos britânicos e dos austríacos e foi proclamado rei absoluto em abril de 1828. Nesse mesmo ano, a Constituição foi revogada e um reino de terror começou contra os liberais. Aqueles que puderam fugiram do país. Em 1831, seu irmão, D. Pedro, renunciou ao trono do Brasil, onde estava numa situação bem difícil, e voltou para Portugal, pretendendo ajudar sua filha a voltar ao trono, combatendo o seu irmão. Novamente com ajuda britânica, D. Pedro financiou batalhões que lutaram contra as tropas miguelistas. Em 1834 foi formada a Quadrupla Aliança, entre Espanha, França, Inglaterra e Portugal, para apoiar as reivindicações liberais contra os conservadores na

---

<sup>1</sup> Em relação a Gomes Freire ver também Pereira Marques (1981: 179-187).

Península Ibérica. Pouco depois, no dia 16 de maio daquele ano, os miguelistas foram derrotados. A Convenção de Évora-Monte, do dia 26 de maio, acabou oficialmente com a guerra civil. Pouco depois, as ordens religiosas, que em sua maioria tinham apoiado os miguelistas, foram abolidas e suas propriedades confiscadas. No final do ano, D. Miguel e seus descendentes foram banidos do trono português. A rainha D. Maria II foi declarada maior de idade aos quinze anos. Os liberais tinham o poder em todo o país. Contudo, isso não significou a restauração da paz em Portugal.<sup>2</sup>

Começava a luta entre as diferentes facções liberais: havia aqueles que apoiaram a Revolução de 1820, os vintistas; aqueles que apoiaram a Constituição de 1822, os setembristas, mais para a esquerda, com alguns elementos radicais; do outro lado, os mais moderados que eram a favor da Carta de 1826. Havia ainda subdivisões dentro desses grupos. Até a Regeneração de 1851, os vários liberais portugueses lutaram e houve uma série de rebeliões que, na sua maioria, fracassaram: o pronunciamento militar de 1835; a Belenzada de Novembro de 1836; a Revolta dos Marechais de 1837, liderada pelos marechais, Terceira e Saldanha; algumas revoltas militares e populares, que acabaram com um massacre em Lisboa, em março de 1838; e, novamente em Lisboa, mais para o fim daquele mesmo ano, novos tumultos radicais; o pronunciamento setembrista do tenente Miguel Augusto, em agosto de 1841; a revolta de Torres Novas, de fevereiro de 1844; a rebelião de Maria da Fonte, de abril a junho 1846, essa bastante complexa – com participantes populares protestando contra taxas e medidas sanitárias, mas também outros se aproveitando desse levante –, que se tornou a guerra civil da Patuléia, em 1846, e só acabou em 1847, uma vez mais devido à intervenção estrangeira. No período de 1834 a 1851, a constituição foi modificada pelo menos três vezes, sempre com violência. Duas vezes, Costa Cabral estabeleceu uma ditadura, entre 1842 e 1846 e de 1849 a 1851. Ambas foram dissolvidas à força. Cabral tinha sido um setembrista, em 1836, e tornou-se um cartista da direita. Os cabralistas foram outro grupo de liberais a aparecer em cena. Enquanto isso, os miguelistas ainda não tinham desaparecidos e continuavam com a luta. Com a Regeneração de 1851, a direita saiu vitoriosa e as guerras civis acabaram. Mesmo depois, ocorreram ainda algumas revoltas populares, como os motins da fome de 1854 a 1856, ou revoltas contra medidas sanitárias, ou, ainda, a Maria Bernarda, de 1862, e a Janeirinha de 1868.<sup>3</sup> A violência continuou, algumas batalhas se articulavam através dos jornais, mas somente em parte. É sobretudo a partir desse momento que o banditismo começa a se desenvolver e só vai acabar com o início do processo de modernização: expansão da economia e investimentos em infra-estrutura.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Sobre o miguelismo ver Malheiros da Silva (1993: 77 com a nota, 153-161, 163-194, 211-218); Sá (1981: 65-73, 133-136, 204-206); Oliveira Marques (1984: vol. III, 3-18).

<sup>3</sup> Bonifácio (1991: 21-22); Sá (1981: 137-159, 202-210). Sobre o golpe de Costa Cabral em 1842, e o papel da maçonaria ver Catroga (1985: 155-181); Roque (1985: 251-280). Ver também o levantamento de todos os movimentos militares entre 1817 e 1851 em Pereira Marques (1989: 13-18). Sobre a Maria Bernarda ver Lacerda/Neves (1982); Roque (1985: 43-280, mais especialmente p. 254) sobre a Janeirinha.

<sup>4</sup> Só um exemplo, no *Braz Tisana*, um diário do Porto, em alguns meses em 1852, pelo menos 5 quadrilhas diferentes são mencionadas: a quadrilha do Gouveia (05.03.1852); os assassinos de Midões (referência a João Brandão e sua família, 17.03.1852); uma numerosa quadrilha em S. Miguel de Serzedo (31.03.1852); a quadrilha de Montemor (02.04.1852); a quadrilha comandada pelo José do Telhado (31.05.1852); a quadrilha de Verride (08.07. 1852).

Não eram somente diferenças ideológicas ou lutas pelo poder que estavam em jogo, mas também problemas econômicos muito graves e isso criava divisões no país. Cartistas e setembristas queriam ambos acabar com a enorme dominação britânica da economia portuguesa, defendendo um aumento das tarifas. Maria de Fátima Bonifácio fez uma análise interessante sobre esse período. Ela também estudou a historiografia existente e chega a algumas conclusões originais sobre o desenvolvimento econômico e político, as relações anglo-portuguesas e os conflitos que surgiram como consequência delas. Os exportadores de vinho do Porto, que durante longo tempo tiveram um acesso privilegiado ao mercado britânico, sofreram com as medidas protecionistas. Na luta regional entre Porto e Lisboa, a Associação Comercial do Porto e a Associação Comercial de Lisboa eram muito poderosas e desempenharam um papel muito importante. Costa Cabral tinha fortes ligações com a Associação Comercial do Porto. Mas os exportadores de vinho estavam isolados de Lisboa e do resto do país na sua luta.<sup>5</sup> Por essa razão, a situação econômica no norte era pior que no resto do país.

## 2. A violência na Beira e os seus vários atores

É necessário aqui fazer uma breve explicação dos vários grupos que atuavam naquela época. Ao lado das rebeliões e guerras civis, onde vintistas, setembristas, cartistas e cabralistas, e seus sub-grupos, lutavam entre si, às vezes também mudando de lado, houve a ação de indivíduos ou de pequenos grupos armados. Devia-se conviver com outros tipos de violência e, em todo caso, falta de segurança. Assim, após a derrota dos miguelistas em 1834, ou pelo menos após a Convenção de Évora-Monte, de 26 de maio de 1834, que pôs oficialmente fim às aspirações de D. Miguel e seus aliados, alguns miguelistas continuaram a utilizar armas, porque ainda não tinham abandonado a causa miguelista ou porque tinham que sobreviver de alguma forma. Eram considerados bandidos por alguns, soldados por outros e, em certo casos, guerrilheiros. Mas esses não eram os únicos homens armados que percorriam certas regiões do país. Havia também liberais, embora de facções excluídas do poder, como os setembristas que continuavam armados. Nesse estudo, tentaremos situar algumas personagens daquela época e ver se há possibilidade de defini-los como bandidos, guerrilheiros ou de outra forma. A análise se concentrará sobretudo na região da Beira, por ser a região onde atuaram vários ‘bandidos’.

A pergunta é, claro, saber o que é um bandido? Qual é a diferença entre um bandido, um rebelde ou um soldado? Era possível fazer uma distinção entre essas figuras? Os papéis podiam ser trocados entre eles? O rebelde e o soldado freqüentemente vão saquear propriedades, roubar para poder comprar alimentos, armas e munição. Mas também vão saquear por motivos que vão bem além dessas razões básicas. Aliás, o saque fazia parte dos ‘benefícios’ de militares e chefes que tinham que providenciar possibilidades adequadas para manter as tropas dispostas a segui-los (Rock 1998: 178-179). Deve-se também perguntar quais eram as pessoas que integravam os batalhões? Havia soldados profissionais e mercenários, com um contrato. Havia soldados alistados, geralmente das

---

<sup>5</sup> Bonifácio (1991: 13-14, também a nota 1; 23-29; 34, 36-50, 70). Sobre os tratados anglo-portugueses ver também Sá (1981: 40-45, 49).

camadas mais pobres, que não estavam interessados nos combates, só em tentar minimamente sobreviver. Outros eram voluntários, certamente nas guerras civis.

Para aqueles que estavam em oposição ao governo, o saque era ainda mais imprescindível porque não havia a alternativa de impostos de guerra. O saque servia para suprir as necessidades básicas, porém também para manter as tropas satisfeitas. E o bandido? Estaria fazendo as mesmas coisas, contudo sem base ‘ideológica’?

Uma análise recente mostrou que o banditismo era um fenômeno bem mais limitado na América Latina, às vésperas da independência e durante o século dezenove, do que se imaginava. Nos estudos desta publicação (McFarlane/Wiesebron 1998), os autores mostram claramente que o uso do termo bandido nem sempre corresponde à realidade. Muitos, envolvidos em lutas políticas, tratavam os seus inimigos de bandidos. Os realistas chamavam de bandidos aqueles que lutavam para a independência, e assim se encontram definidos nos relatórios da época, como o salienta Archer, para o caso mexicano. Nas longas lutas entre liberais e conservadores naquele continente, o uso do termo bandido para o seu inimigo político era moeda corrente. Helga Piccolo mostra como os liberais gaúchos eram considerados rebeldes ou anarquistas, ou pior quando se aliaram aos ‘subversivos’ republicanos, pelos inimigos ‘imperialistas legalistas’. Enquanto os farroupilhas achavam esses dominados por forças reacionárias e mesmo antinacionais, ou seja, portuguesas. Raymond Buve enumera uma série de insultos que os conservadores tinham para os inimigos liberais de Tlaxcala, entre os quais, bandidos e selvagens. Quando grupos das classes baixas se envolviam em lutas, só podia tratar-se de bandidos e ladrões, porque, como foi estudado no caso peruano, pouco após o advento da República, a elite não podia imaginar ou aceitar que ex-escravos e outros miseráveis pudessem ter alguma compreensão da política, ou mesmo alguma ideologia (Aguirre1990: 156-174 ; Walker 1990: 107-136).

A situação portuguesa podia ser considerada bem similar ao caos ou aos casos latino-americanos. Tratados e convenções assinalavam o fim formal de guerras civis. Contudo, nem para todos os participantes, as assinaturas implicavam o fim real das batalhas. Porque ocorria isso? Muitos continuavam armados, não querendo entregar as suas armas a seus inimigos, mesmo depois da assinatura de um tratado. Isso parece perfeitamente compreensível. Ademais, a violência fazia parte de seu cotidiano. Seria o gosto das aventuras, da vida irregular ou a dificuldade de integrar novamente a vida regular? Seria por necessidade econômica, para poder sobreviver nestes momentos economicamente difíceis? Podia ser uma mistura destas categorias.

Daniel Pécaut, num estudo sobre a violência atual na Colômbia que envolve muitos grupos diferentes, mostra bem a complexidade da situação e até que ponto os vários grupos podem ter papéis diferentes:

They include armed confrontation between guerrillas and troops; operations by paramilitary and drugs traffickers; protection rackets by urban militias; ‘social cleansing’ operations; political assassinations; organized and petty crime; and youth inter-gang warfare, brawls, vendettas and score settling.

[...] how is one to define the boundary between political and other forms of violence? [...] drug traffickers are not by nature political. Yet surely they do become political actors when they intervene in judicial procedures and electoral processes through means of corruption and when *a fortiori* they force the state to buckle under pressure through massive resort to terror? Conversely, guerrillas are more obviously political actors [...], how political are

they really when they practice protection rackets and kidnappings on a large scale, and even resort to the services of organized crime and hired killers in order to achieve their goals? (Pécaut 1999: 142-143).

Na documentação oficial, já está determinado a que categoria estas figuras armadas pertenciam. Existem documentos sobre a violência na província da Beira que foram juntados em dois maços intitulados: *Assassinos da Beira*. Lígia Cruz, arquivista de Coimbra, que divulgou esta documentação que abarca uns trinta anos, começando nos anos quarenta do século XIX, em três volumes, não dispensa, de vez em quando, comentários pessoais apoiando esta visão oficial (Cruz 1983: 109-111; 1984: 1-3, 5-253; 1985: 5-7, 9-543). Além do mais, na sua introdução salienta:

[...] foi o corajoso jornalista Martins de Carvalho que, no seu jornal *O Conimbricense*, levantou acesa campanha contra os crimes que estavam a ser cometidos na Beira com a maior impunidade, não sendo possível estudar honestamente esse período da história sem compulsar o seu jornal (Cruz 1983: 111).

O editor Carvalho foi um inimigo implacável de João Brandão e de sua família e publicou extensamente sobre aqueles que ele chamava “Os assassinos da Beira”. Na mesma época, um outro jornal, *O Campeão do Vouga*, apoiava a família Brandão e defendia aqueles que *O Conimbricense* acusava. No Brasil, a imprensa também teve este papel político, apoiando os seus amigos e aliados e acusando os inimigos.<sup>6</sup> Os jornais da época eram vinculados a partidos políticos, ou melhor a certas alianças políticas. Carvalho escreveu um seriado no seu jornal, *O Conimbricense*, e depois publicou um livro com um conteúdo quase idêntico (Carvalho 1889; 1890). Trata-se de uma leitura importante, ainda que se deva fazer perguntas sobre a objetividade do autor. Contudo, os textos que Cruz publicou são ainda mais interessantes, por tocar em distintos momentos políticos e mencionar diferentes figuras que tiveram destaque na época. É com uma análise desses documentos e de algumas figuras neles apresentadas, que tentaremos esclarecer um pouco mais quem eram os considerados bandidos na época e se esta visão tinha fundamento.

Entre as figuras encontradas nos documentos do primeiro período, os anos 40 do século XIX, sobretudo 1841 e 1842, consta Caca, codinome de António Costa. Num ofício do dia 10 de abril de 1841 segue a seguinte descrição: “a resistencia pertinaz e mortifera do bando de faccinoras de que era chefe o malvado Caca, e cujo resultado foi o exterminio dos bandidos, [...] e no tempo em que mais affronta exercia as suas depredações, e excessos criminosos de todo o genero [...]”.<sup>7</sup>

Este tipo de vocabulário encontra-se nos vários ofícios, só que um acrescenta algo de interessante: “[...] existia um irmão do bandoleiro Caca, que ali chegara com dois desertores”.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Wiesebron (1996: 81-103). O jornal *O Campeão do Vouga* (1855-1859), foi uma grande aliado da família Brandão.

<sup>7</sup> Ofício do Administrador Geral de Coimbra, José Maria Cardoso Castelo Brando para o Administrador Geral da Guarda, 10.04.1841, em Cruz (1983: 114).

<sup>8</sup> Ofício do Administrador do Concelho de Oliveira do Hospital, João da Costa Pinto da Fonseca Saraiva para o Administrador Geral do Distrito de Coimbra, 11.05.1841, em Cruz (1983: 117).

A deserção parece ter sido um problema gravíssimo naquela época, devido às péssimas condições no exército. O recrutamento militar era reservado às camadas camponesas mais pobres, o resto sendo isento. Eram mal alimentados, mal vestidos, mal equipados, cronicamente mal pagos e em atraso e, por outro lado, tendo que sofrer castigos desmedidos, em geral, corporais. Outro agravante era que, geralmente, tinham que servir longe da sua região de origem. Todos esses fatores levavam frequentemente à deserção e, para evitar a captura e castigos demasiados severos, a juntar-se a grupos armados (Machado/Cardoso 1981: 92-95).

Em todos os casos, as descrições dão a impressão de se tratar de bandidos terríveis. Contudo, Caca era miguelista. Esta idéia é fortalecida pelos *Apontamentos* escritos por João Brandão (1990), outra personagem que figura em destaque nos documentos dos arquivos, registrados por Cruz:

Depois de 1834 ficara no campo a quadrilha capitaneada por Estanislau Xavier de Pina, de Várzea de Meruge: Agostinho Vaz Pato, de Santa Ovaia: Poetas, de Sameice: Crespos, de Lagares, e Calistos, de Lagiosa: e depois a do célebre Caca, que puseram em convulsão grande parte da província da Beira.

Os roubos, os assassinios e as devastações sucediam-se com frequência. Os malvados chegaram a crer que a Beira era domínio seu, e do qual o seu bel-prazer podiam dispôr, cometendo crimes e atrocidades, que ainda hoje se não podem recordar sem horror. Essa horda de canibais não recuava ante algum atentado, por mais horrendo que fosse (Brandão 1990: 13).

Caca se encontra entre a enumeração destes ‘bandidos’ famosos na região da Beira. Tanto os poucos documentos oficiais, que parecem existir para este período, quanto o comentário de João Brandão não esclarecem a natureza dos crimes horríveis cometidos, segundo eles. Brandão só explica que sua família foi uma das primeiras a perseguir estes homens para pôr fim ao ‘flagelo’ que durou sete anos. No início do ano de 1841, sua família, o pai de João Brandão, dois irmãos e ele mesmo, três companheiros e doze soldados conseguiram matar os últimos deste grupo, após um combate de vários dias, com sete mortes e oito feridos entre os dezenove combatentes do lado de João Brandão. É um saldo extremamente alto, mas que possivelmente valeu a pena porque os Brandões recebem uma carta de comendação da Rainha, D. Maria II:

Tendo constado a Sua Magestade a Rainha, por diversas participações oficiais, que o zelo e bons serviços do cidadão Manuel Brandão, do concelho de Midões, se deve em grande parte a aniquilação do bando de salteadores, que, por longo tempo, assolara as terras da Beira Alta, e aí cometera numerosas roubos e aleivosos assassinatos; e querendo a mesma Augusta Senhora dar ao referido cidadão, e aos seus três filhos, que muito eficazmente o coadjuvaram naquele sucesso, um testemunho autêntico do seu real agrado, e da contemplação que lhe merece o honroso e patriótico procedimento que tiveram [...].<sup>9</sup>

A carta continua explicando que os Brandões deveriam ser honrados em sessão solene, na câmara municipal de Midões. Apesar da carta só repetir a menção a salteadores

---

<sup>9</sup> Palácio das Necessidades, em de 24 de Março de 1841, ass. Rodrigo da Fonseca Magalhães, em Brandão (1990: 13-14).

que roubavam e matavam, parece pouco provável que a Rainha tivesse concedido tal honra se se tratasse efetivamente de meros bandidos. Além do mais, a carta específica que o comportamento da família foi patriótico.

O próprio João Brandão, quando descreve esses vários fatos e sua luta contra as pessoas citadas, explica que, em 1836, “apareceu a reacção miguelista, denominada da *Serra*”, liderada por Agostinho de Vaz Pato. Isso levou a uma ação do pai, Manuel Brandão, sua família e de outros liberais, que juntos conseguiram dar cabo desse movimento, “dispersando os insurreccionados”. Acrescenta que seu pai sempre foi fiel à Rainha e aderiu à Carta Constitucional (Brandão 1990: 14). Enfim, que um grupo de liberais cartistas foi combater miguelistas que tentavam possivelmente reverter a situação, não se conformando com a derrota de D. Miguel. Mas a luta dos miguelistas ia bem apesar disso. Um aspecto, pelo menos tão importante, foi o da religião, do sentimento de que com o liberalismo o catolicismo estava posto em questão, ameaçado supostamente pela maçonaria.<sup>10</sup>

Havia miguelistas que continuavam lutando pela sua causa, e de maneira mais oficial após o pedido de D. Miguel, no dia 21 de março de 1836, que denunciou a tirania e as ferocidades do governo liberal e convidou ao alistamento para acabar “para sempre com essa horda de assassinos e ímpios incorrigíveis”. Em seguida, Remexido, como era conhecido José Joaquim de Sousa Reis, um dos miguelistas mais famosos, faz seu apelo, escrevendo relatórios, fazendo requisição de armas e munição, além de assaltar para conseguir o material necessário à defesa e ao ataque.<sup>11</sup>

Cabe lembrar que, apesar de vigorar uma anistia, miguelistas reais ou supostos eram perseguidos. De fato, um período tão caótico era um bom momento para ajustar as contas com inimigos políticos e outros. Não deve ser por outra razão que o período entre 1834 e 1842 foi, na época, denominado de Anarquia.<sup>12</sup> Assim, a identificação como miguelista servia como justificativa para ataques e vinganças pessoais. Miguelistas eram assassinados nas suas casas, na rua, ou até depois de presos. A caminho da cadeia quase todos tentavam ‘fugir’. E a maioria dos assassinatos eram cometidos durante a escolta ao cárcere. Mas, conseguir chegar à cadeia não era uma garantia, porque se matavam igualmente miguelistas que já se encontravam na prisão. D. Miguel aludiu na sua proclamação a todos estes mortos e aonde estes crimes ocorreram.<sup>13</sup>

Segundo uma notícia no jornal britânico *United Service Gazette*, de 28 de novembro de 1835, desde a entrada em vigor da Convenção de Évora-Monte até o mês de setembro do ano seguinte, foram registradas cerca de 222 vítimas, das quais umas sessenta por cento foram mortas no sul do país, no Algarve e no Alentejo. Remexido foi um dos personagens desta época que desenvolveu suas atividades no Algarve (Machado/Cardoso 1981: 58-60). Aliás, é interessante notar que, sobre a atuação de Remexido e dos migue-

<sup>10</sup> Ler, por exemplo, Costa (1982). Para uma visão mais geral Malheiros da Silva (1993).

<sup>11</sup> “Proclamação de D. Miguel de 21 de Março de 1836”, a nota 17; e seguintes com diversas cartas do Remexido e outros [Arquivo Histórico Militar, Lisboa] em Machado/Cardoso (1981: 61-62; 62; 135-136).

<sup>12</sup> Para se ter uma idéia do caos, das chacinas, ver Valente (1993).

<sup>13</sup> “Cópia da proclamação de D. Miguel, apreendida em Tavira”, 14-3-1835, ass. por António Pedro Teixeira Meneses d’Aragão, O Chefe d’Estado Maior [Arquivo Histórico Militar, Lisboa] em Machado/Cardoso (1981: 134).

listas no Algarve, se usa o termo guerrilhas miguelistas em documentos, antes da derrota miguelista, e que se continuou usando o termo depois. Remexido continua sendo descrito como um guerrilheiro nas publicações atuais<sup>14</sup>, enquanto outros continuam sendo definidos como bandidos ou assassinos. Entretanto, havia também aqueles que consideravam Remexido e seus homens como salteadores ou bandidos. Por que vingou a palavra guerrilheiro neste caso? Seria um acaso, ou haveria realmente uma diferença entre este miguelista e outros combatentes deste movimento? Só um estudo comparativo detalhado dos vários miguelistas poderia dar uma resposta.

Em todo caso, para poder sobreviver, homens se juntavam, soldados e outros que tinham aderido à causa miguelista, o que era considerado oficialmente “formação de quadrilha”. Esses bandos de miguelistas causavam devastações. Que estes bandos roubavam, parece lógico, já que precisavam sustentar-se e prover-se de armas e munição. Que matavam pessoas durante batalhas ou atacavam inimigos e casas inimigas, num clima de perseguição e de lutas ideológicas, até de ódios, parece igualmente compreensível. Por outro lado, estes grupos não eram totalmente isolados ou abandonados. Também conseguiram sobreviver graças ao apoio da família, de amigos e de aliados. Uma das queixas constantes dos perseguidores oficiais e outros era de que esses ‘bandidos’ conseguiram esconder-se com a ajuda de amigos, especialmente aqueles com uma função oficial, como regedor, administrador e outros. Mesmo assim, ao cabo de alguns anos, a maioria dos miguelistas foram postos fora de combate. O Estado também empregava outras maneiras para reduzir a ação de inimigos supostos ou reais. Assim, pessoas que precisavam de qualquer benefício do Estado, como emprego, indenização, etc., tinham que apresentar um currículo detalhado. A administração decidia depois se a pessoa era qualificada. Inúmeros abusos eram cometidos desta forma. Isto, apesar do Estado não possuir muita verba para distribuir, pelo contrário (Valente 1993: 33-34).

Nem por isso a tranqüilidade voltou ao país, ou desapareceram os grupos armados. Eliminados muitos combatentes da direita, os próximos foram os da esquerda, em particular aqueles pertencentes ao partido ultra-setembrista (Cruz 1983: 148). Os grupos da esquerda, especialmente a plebe rural e urbana, que tinham sido necessários à vitória contra os miguelistas, começaram a ser marginalizados nos anos 1834 e 1835. Os quadros da esquerda foram excluídos da administração. A administração quase parou. Não se fazia obras públicas. Milhares de pessoas morreram de fome. O governo de Palmela também utilizou a Igreja, isto é, convidando muitos vigários e padres miguelistas, anti-liberais, a ajudar na batalha contra a esquerda. Outros miguelistas foram cooptados nesta luta, porém nem sempre aceitaram e continuaram a própria luta. Depois, com o censo, ficaram fora da política na maioria dos casos. Os radicais, por sua vez, não aceitaram as manobras sem combate e tentaram resistir às várias manipulações. Porém as artimanhas do governo, que tentava forjar novas alianças, levou a novas divisões nos partidos, inclusive na esquerda onde, entre outros, havia setembristas moderados e ultra-setembristas (Valente 1993).

Entre estes últimos se encontrava o major Cristiano que foi alvo da luta do governo nos anos cinquenta. Foi um pessoa difícil de combater devido ao grande número de amigos, especialmente autoridades, que tinha em vários conselhos. Entre esses estavam o

---

<sup>14</sup> Ver o apêndice documental, Machado/Cardoso (1981: 127-215); Martins da Silva (1993: 92-93).

governador civil de Coimbra, ou ex-autoridades, como um ex-regedor e um ex-administrador. Um dos amigos importantes era Pedro Abranches Castelo Branco, que pertencia a uma família aristocrática (Cruz 1983: 148-149). Era possivelmente parente de Roque Ribeiro de Abranches Castelo Branco, primeiro visconde de Midões, e padrinho de João Brandão.

Assim o administrador geral de Coimbra ou seus funcionários pareciam ser confiáveis, segundo um administrador. Só João Brandão podia dar cabo do major Cristiano, mas isto implicava que seus aliados e amigos deviam ser nomeados em vários conselhos, senão não poderia bem executar o trabalho, numa correspondência com administrador geral de Guarda.

[...] o governo aprovava expedindo as portarias necessárias para a demissão do então Administrador de Oliveira de Hospital, José Soares, e a nomeação para o cargo de José António Dinis da Gama, não produziu o efeito desejado, pois o Governador Civil que então governava o distrito de Coimbra, não quisera dar execução às referidas portarias.<sup>15</sup>

Este governador era o Dr. António Luis de Sousa Henrique Secco, um grande inimigo de João Brandão e José Soares, era “parente e amigo íntimo de Cristiano” (Cruz 1983: 132). De fato, em 1853, o Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, tinha pedido a João Brandão, através de um intermediário, que perseguisse alguns de seus inimigos, entre eles o major Cristiano e Ferreiro, os quais “pela vergonha do Ministro gozam proteção e recebem ajuda”. João Brandão concordou, porém exigindo ajuda e poderes especiais, o que recebeu nos distritos de Coimbra, Viseu e Guarda, num documento assinado pelo Ministro do Reino e o Ministro da Guerra, o duque de Saldanha, no dia 10 de setembro de 1853. Secco e outros foram removidos dos seus cargos.

Quando também o problema do major Cristiano foi resolvido, graças à ação de João Brandão, faltou somente solucionar a questão João Brandão. Assim, após ter removido os amigos do major Cristiano, iniciou-se a operação contra João Brandão.

### 3. João Brandão

É necessário estudar a figura de João Victor da Silva Brandão (1825-1880), para explicar o porquê da sua remoção, e porque foi uma pessoa tão controversa, que inspira paixões até hoje, apontado como assassino por alguns e herói por outros (Ferrão [1928] 1931); Carvalho 1889; Carvalho 1890). Além do mais, um estudo um pouco mais pormenorizado mostra como funcionavam as famílias e as alianças na época.

O pai de João Brandão, Manoel, era um ferreiro e sua mãe, Antônia Rita, filha de camponeses abastados.<sup>16</sup> Graças às terras do dote, o pai se tornou proprietário de terras e conseguiu rapidamente viver só das rendas. Parece ter sido uma tradição dos homens Brandão casarem-se com mulheres ricas e bem situadas socialmente. João, o terceiro

<sup>15</sup> Cópia do ofício confidencial do Administrador de Gouveia, Francisco de Paula Figueiredo, para o governador Civil da Guarda, 30.08.1854, em Cruz (1983: 149).

<sup>16</sup> Sobre o que segue ver Wiesebron (1994: 101-109); e Wiesebron (1995: 488-500).

filho do casal, que recebeu uma boa educação, seguiu essa tradição, casando-se, já com bastante idade, com Ana Eugênia Correia Nobre em 1863. Ana Eugênia era rica e de boa família. Ademais, a família ficou ligada através de relações rituais, padrinhos de batismos e de casamentos, à família mais importante de Midões. Seu pai lutou ao lado de Roque Ribeiro de Abranches Castelo Branco, que foi um dos líderes da Revolução Vintista no Porto e membro da Junta Provisória. Roque Ribeiro passaria a ser posteriormente o primeiro Visconde de Midões. Ambas as famílias continuaram a luta juntas, porém na oposição, quando os miguelistas tomaram o poder. O padre da paróquia, José de Araújo Nogueira, que tinha batizado e casado estas e outras famílias, denunciou seus paroquianos liberais que foram perseguidos. Manoel Brandão e sua família foram violentamente perseguidos por terem feito explodir dezenove vagões com munição e armas dos miguelistas. As propriedades dele foram confiscadas ou incendiadas. Antônia Rita foi encarcerada várias vezes, uma delas imediatamente após ter dado à luz.<sup>17</sup>

Após a derrota oficial dos miguelistas, os Brandões continuaram a lutar contra aqueles que não se renderam e a perseguir os ‘bandidos’. João Brandão, seu pai e seus irmãos, sempre permaneceram fieis à Carta, enquanto parentes próximos, o meio-irmão do seu pai, José Joaquim Brandão, e os filhos dele, passaram a ser setembristas, o que levou a uma luta de família e inimizade permanente.<sup>18</sup> Nos *Apontamentos* João Brandão escreve sobre estes parentes próximos, que se tornaram seus perseguidores persistentes, “assassinos” (23-24).

Seu pai lutou na Revolta dos Marechais de 1837, liderada pelos marechais Terceira e Saldanha. Essa rebelião de cartistas contra setembristas não teve êxito. Na guerra da Patuléia, de 1846 a 1847, João Brandão comandou um batalhão cartista, enquanto seu tio lutou num batalhão setembrista, que finalmente perdeu a batalha. Miguelistas formaram ainda um outro batalhão, combatido pelo batalhão oficial da Rainha e o da junta do Porto. Saldanha foi um dos líderes principais na guerra da Patuléia. Graças a Saldanha, João Brandão obteve a função de capitão do batalhão de São João de Areias da Guarda Nacional, em 1848. No ano seguinte, em 1849, passou a ser vereador e, em 1850, fiscal da Câmara de Midões. Continuou nessas funções até 1853 quando, para reduzir o poder dos Brandões, foi extinto o conselho e a comarca de Midões, sendo que, a partir de 1º de janeiro de 1854, essas funções foram atribuídas a Tabúia, cidadezinha com uma população menor. Em 1849, também obteve a função de eleitor e a manteve até 1864. Conti-

<sup>17</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo documental e paroquial (AUC, FDP), Midões, batismos 1821-1859, 3v, 10, 13v, 17, 17v, 18v, 19v, 21v, 22v, 24v, 34v {João}, 35, 39v, 40v, 41v, 50. Midões, mistos 1791-1831, casamentos/obitos, 2º vol., casamentos, 36, 45v, 49 v, 56, 66.

AUC, FDP, Midões, mistos 1791-1831, casamentos/obitos, 2º vol., casamentos, 45v.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol XVII, p. 188); Sobral (1990); Palminha Silva (1990: 33); Ferrão ([1928] 1931): 13-18, 53-58); Brandão (1990: 11-13); Saraiva (1986: 74-75).

<sup>18</sup> Brandão (1990: 15-17); Sobral (1986); Ferrão ([1928] (1931): 50-70, 73-74); Saraiva (1986: 74-76); Wiesebron (1994); Ofício do Administrador do Concelho de Oliveira do Hospital para o Governador Civil de Coimbra, 30.08.1842 em Cruz (1983: 130); Ofício do mesmo Administrador de Oliveira de Hospital para Governador Civil de Coimbra, 10.12.1842 em Cruz (1983: 132); Cópia do Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Midões, Manuel Vilela de Sousa Araújo Barbosa, para o Administrador de Oliveira do Hospital, e por este remetida ao Governador Civil de Coimbra, 9.12.1842 em Cruz (1983: 132); Ofício confidencial do Administrador do Concelho Oliveira do Hospital para Governador Civil de Coimbra, 6.07.1843 em Cruz (1983: 133).

nuou ativo na política por quase toda esta década. Aliás, uma das diferenças entre as Constituições de 1822 e de 1826, foi que na primeira as eleições eram diretas e na segunda passaram a ser indiretas.<sup>19</sup>

Entretanto, a luta contra os miguelistas continuava e Estanislau Xavier de Pina, um miguelista, também descrito como bandido, foi morto em 1850. João foi considerado um dos culpados, porém foi absolvido. E depois prosseguiu com a luta contra os setembristas, a pedido de Saldanha, com poderes especiais, como foi descrito acima.<sup>20</sup>

Contudo, João Brandão começa lentamente a ser um constrangimento para o governo. Houve um novo processo contra ele em 1861. Foi novamente absolvido. Porém, o mesmo não aconteceu após o assassinato em 1866 de Padre Portugal. Apesar de João Brandão não estar presente durante os acontecimentos, foi considerado o autor do crime. Desta vez o governo tomou todas as providências necessárias para que fosse considerado culpado e assim aconteceu. Foi banido para a África e esta decisão foi mantida pelo Supremo Tribunal em sede de apelação. Viveu bem em Banguela até ser assassinado por um empregado do seu associado em 1880.<sup>21</sup>

Este exemplo mostra a complexidade das situações naquela época, a importância das famílias, das alianças, porém também das lutas entre famílias, das cisões entre numerosos grupos, e sobretudo da falta de união na sociedade. Era uma sociedade dividida, caótica, onde João Brandão desempenhou um papel especial, a de intermediário útil ao governo para empreender algumas tarefas que eram difíceis de realizar oficialmente. A partir do momento em que prescindiram de sua utilidade e suas atividades começavam a ser um empecilho para o governo, sua carreira estava acabada. Assim, a partir desse momento o governo começa realmente a se fortalecer e dominar a situação.

Até lá, a violência foi um problema real em Portugal, porém o número de verdadeiros bandidos foi bem menor do que muitos documentos oficiais levam a crer. Nesse

<sup>19</sup> Brandão (1990: 73-78, 82, 97-101). Ver artigos 32 to 46 da Constituição de 1822 e os artigos 63 a 70 da Carta 1826 em *As Constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da constituição*, introdução por Jorge Miranda (Lisboa: Petrony, 1992), pp. 37- 42, 117-119. Em 1838 continuaram diretas, ver art. 71, *ibidem*, p. 183. Acto Adicional do 5 de julho de 1852, Acto Adicional à Carta Consitucional da Monarquia, art. 4, 11, *ibidem*, pp. 142, 145.

<sup>20</sup> Ferrão ([1928] 1931): 187-234); Ofício da 3ª Direcção, 1ª Repartição do Reino, assinado por Joaquim J.F.P.Teles, para o Governador Civil de Coimbra, 16.03.1853, em Cruz (1983: 135); Março 1853 (sem assinatura, nem papel oficial), em Cruz (1983: 136); Ofício do Administrador substituto de Midões, José Soares da Fonseca Magalhães para o Governador Civil de Coimbra, 21.03.1853 em Cruz (1983: 136-137); Ofício do Administrador de Midões, José Augusto da Silva Coelho, para o Governador Civil de Coimbra, 3.04.1853 em Cruz (1983: 137-140).“Assassinos de Midões”, em *Braz Tizana* (17.03.1852), p. 3; “Mais documentos para a historia do concelho de Midões” assinado *Observador* (3.06.1852), pp. 2-3; “Noticias das Provincias, Coimbra, 27-7”, em *O Nacional* (29.07.1852), p. 3.

<sup>21</sup> Cópia do Ofício confidencial do Administrador do Concelho de Tabua para o Comandante do Destacamento de Midões, 2.12.1854, em Cruz (1983: 190-191); Portaria do Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, 16.8.1855, em Cruz (1983: 244-245); Ofício do Secretário Geral do Governo Civil de Viseu... no impedimento do Governador Civil para o Governador Civil de Coimbra, 18.08.1855, em Cruz (1983: 245-246); Ofício do Governador Civil da Guarda... para o Governador Civil de Coimbra, 22.08.1855, em Cruz (1983: 246); “Safarem-se”, em *Braz Tizana* (20.08.1855), p. 3. De 2.02.1856 a 29.12.1858 em Cruz (1984: 5-253); de 8.01.1859 a 18.07.1860 em Cruz (1985: 9-61); de 16.08.1860 a 23.08.1860 em Cruz (1985: 62-66). Há correspondência extensiva sobre a sua incarceration e sua ida para Coimbra. Brandão (1990: 87-94).

ponto de vista, seria útil rever outros bandidos, e regiões de banditismo, para ver até que ponto se tratou realmente de bandidos, ou de opositores ao governo, pessoas que tinham perdido alguma guerra ou batalha. Certos ofícios especificam as pessoas, há outros que só mencionam termos como bandidos, malfeitores, salteadores. Neste caso é mais difícil saber se se trata realmente de verdadeiros bandidos, se as pessoas roubam para poder sobreviver, ou por falta de alternativa na conjuntura política daquele momento, ou mais de pessoas de oposição, até de guerrilheiros que continuavam a lutar por razões ideológicas, pelo menos em parte.

Em todo caso, não é correto considerar João Brandão um bandido. Neste aspecto, é interessante notar que João Brandão, quando se achou numa situação comparável com a que descrevia seus inimigos de outrora, não demonstrou nenhuma compreensão para com eles, ou entendeu o paralelo. No seu livro, descreveu seus inimigos políticos como bandidos horríveis, enquanto ele mesmo era injustamente considerado um bandido. Provavelmente seria esperar demais, numa época de tão fortes paixões políticas.<sup>22</sup>

Ironicamente, aquele que até hoje jamais foi considerado um bandido, de proporções míticas como o Robin Hood português, é José do Telhado. Viveu e atuou neste mesmo período, participou em guerras civis, como a Revolta dos Marechais (cartista) e a Patuleia, do lado setembrista. Porém durante alguns anos, foi realmente um bandido, planejando cuidadosamente assaltos. Usou o argumento de ter sido o vencido em uma guerra, a Maria da Fonte, e o sofrimento e as dificuldades ligados a este fato para explicar porque passou ao banditismo. Mesmo assim, não foi um guerrilheiro, nem um ator político.

Pelo resto, em base do material estudado aqui, parece difícil concluir que as várias pessoas citadas foram realmente bandidos, a não ser devido às circunstâncias, impostas pela facção vitoriosa, que impossibilitava o retorno a uma vida normal, ou mesmo voltar a sua casa, sem correr perigo. Neste caso, não havia muitas alternativas a tentar sobreviver de outra forma. Enquanto não havia garantias para aqueles que entregavam as suas armas, os vencidos só podiam continuar armados, e os exemplos abundam durante vários anos. Ademais, podiam continuar armados para prosseguir com a luta. Entretanto, lutar e sobreviver era somente possível devido a outros fatores. Um destes fatores era o apoio recebido de várias fontes, especialmente de pessoas importantes. Sem este apoio, não se conseguiria sobreviver por muito tempo. De fato, só quando a proteção acaba, terminam, em geral, também as suas atividades. Mas havia um outro fator que favorecia a atuação de grupos armados, como as brigas entre várias autoridades que pareciam, às vezes, mais interessadas nos problemas que existiam entre elas, e, pelo menos, em desprestigiar os inimigos em documentos oficiais e em jornais. Tratava-se de lutas entre diferentes facções, entre diferentes alianças que levavam, na melhor das hipóteses, a uma incrível violência verbal.<sup>23</sup> Estes verdadeiros feudos implicavam também a falta de cooperação entre as autoridades, o que favorecia os grupos armados. Além do mais, parece também ter havido mudanças relativamente frequentes das autoridades, porque outras facções passavam ao poder. Há ofícios criticando o funcionamento de colegas em outros lugares,

<sup>22</sup> Também utiliza palavras como assassinos, criminosos, sicários, e até descrições mais pitorescas como canibais. Por exemplo, Brandão (1990: 13, 72).

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, os jornais *O Conimbricense* e *O Campeão do Vouga* sobre os aliados e inimigos da família Brandão.

que ajudariam certos bandidos, e que impediram o bom resultado na luta contra os malfeitores. Os graves problemas econômicos tampouco favoreceram a coesão.

Quando a economia começou a reativar-se, o governo se tornou finalmente suficientemente estável e forte, não precisando mais depender de força particular para conter outras formas de violência. A partir desse momento, a violência passou a ser controlada por instituições oficiais como a polícia, cujo objetivo eram não apenas o combate à violência e aos incidentes, rebeliões e guerras civis, mas também a manutenção das elites no poder. Essas não eram mais as elites do *Ancien Régime*, mas elites liberais, se bem que se pode considerar a ‘revolução inacabada’ já que o *Ancien Régime*, continuou de certa forma até Salazar. As elites liberais não eram suficientemente fortes porque o setor ‘moderno’ da economia era fraco. Para as camadas mais humildes não ocorreram mudanças.

## Referências bibliográficas

- Aguirre, Carlos (1990): “Cimarronaje, bandolerismo y desintegración esclavista. Lima, 1821-1854”. Em: Aguirre, Carlos/Walker, Charles (ed.): *Bandoleros, abiegos y montoneros. Criminalidad y violencia en el Perú, siglos XVIII-XX*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, pp. 156-174.
- Aguirre, Carlos/Walker, Charles (ed.) (1990): *Bandoleros, abiegos y montoneros. Criminalidad y violencia en el Perú, siglos XVIII-XX*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario.
- Archer, Christon I. (1998): “Fighting for Small Worlds: Wars of the People during the Independence Era in New Spain, 1810-1821”. Em: McFarlane, Anthony/Wiesebron, Marianne L. (eds.): *Violência política y social en América Latina, siglo XIX* (Cuadernos de Historia Latinoamericana; 6). Leiden: AHILA, pp. 63-92.
- Brandão, João (1990) [1870]: *Apontamentos da vida de João Brandão. Por ele escritos nas prisões do Limoeiro envolvendo a história da Beira desde 1834*. Lisboa: Vega.
- Bonifácio, Maria de Fátima (1991): *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Buve, Raymond (1998): “Tlaxcala, México, en una época de violencia generalizada (1847-1867)”. Em: McFarlane, Anthony/Wiesebron, Marianne L. (eds.): *Violência política y social en América Latina, siglo XIX* (Cuadernos de Historia Latinoamericana; 6). Leiden: AHILA, pp. 139-162.
- Carvalho, Joaquim Martins de (1889): “Os assassinos da Beira”. Em: *O Conimbricense*, 42º ano, seriado na 1ª página de 22.06.1889, N° 4363 a N° 4417.
- (1890): *Os assassinos da Beira, Novos apontamentos para a historia contemporanea*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Catroga, Fernando (1985): “A maçonaria e a restauração da Carta Constitucional de 1842. O Golpe de Estado de Costa Cabral”. Em: Homem, Amadeu José de Carvalho (ed.): *Revoltas e revoluções = Revista de História das Ideias* (Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), vol. 7. pp. 155-181.
- Costa, Francisco de Paula Ferreira da (1982): *Memórias de um Miguelista, 1833-1834*, com prefácio de João Palma-Ferreira. Lisboa: Presença.
- Cruz, Lúcia (1983): “Documentos para o estudo da criminalidade na Beira em meados do séc. XIX”. Em: *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. V, pp. 108-265.
- (1984): “Documentos para o estudo da criminalidade na Beira em meados do séc. XIX”. Em: *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VI, pp. 1-267.
- (1985): *Documentos para o estudo da criminalidade na Beira em meados do séc. XIX. III. —1859 a 1871*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.

- Ferrão, José Maria Dias ([1918] 1931): *João Brandão*. Lisboa. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, s.d.
- Lacerda, Silvestre de Almeida/Neves, António Augusto Amaro das (1982): “Subsídios para o conhecimento da Revolta da Maria Bernarda, Minho, 1862”. Porto (não publicada).
- Machado, António do Canto/Cardoso, António Monteiro (1981): *A Guerrilha do Remexido*. s.l.: Europa-América.
- Marques, António Henrique de Oliveira (1984 [1972]): . *História de Portugal*. 10ª ed., vol. II, vol. III, Lisboa: Palas
- Marques, Fernando Pereira (1981): *Exército e sociedade em Portugal. No declínio do antigo regime e advento do liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- (1989): *Um Golpe de Estado. Contributo para o Estudo da Questão Militar no Portugal dos Oitocentos*. Lisboa: Fragmentos.
- McFarlane, Anthony (1998): “Violência política y social en América Latina, siglo XIX”. Em: McFarlane, Anthony/Wiesebron, Marianne L. (eds.): *Violência política y social en América Latina, siglo XIX* (Cuadernos de Historia Latinoamericana; 6). Leiden: AHILA, pp. 7-39.
- McFarlane, Anthony/Wiesebron, Marianne L. (eds.) (1998): *Violência política y social en América Latina, siglo XIX* (Cuadernos de Historia Latinoamericana; 6). Leiden: AHILA.
- Pécaut, Daniel (1999): “From the Banality of Violence to real Terror: the Case of Colombia”. Em: Koonings, Kees/Kruijt, Dirk (eds.): *Societies of Fear: The Legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. London, New York: Zed Books, pp. 141-167.
- Piccolo, Helga I. Landgraf (1998): “O Rio Grande do Sul no processo de descolonização brasileiro, a Guerra do Farrapos”. Em: McFarlane, Anthony/Wiesebron, Marianne L. (eds.): *Violência política y social en América Latina, siglo XIX* (Cuadernos de Historia Latinoamericana; 6). Leiden: AHILA, pp. 119-138.
- Rock, David (1998): “Civil War in Nineteenth Century Argentina: San Juan 1860-1861”. Em: McFarlane, Anthony/Wiesebron, Marianne L. (eds.): *Violência política y social en América Latina, siglo XIX* (Cuadernos de Historia Latinoamericana; 6). Leiden: AHILA, pp. 163-185.
- Roque, João Lourenço (1985): “Subsídios para o estudo da ‘revolta’ em Portugal no século XIX”. Em: Homem, Amadeu José de Carvalho (ed.): *Revoltas e revoluções = Revista de História das Ideias* (Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), vol. 7. pp. 251-280.
- Sá, Victor de (1981): *Época contemporânea portuguesa I. Onde o Portugal velho acaba*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Saraiva, Pe. José da Costa (1986): *Monografia de Midões*. Cucujães.
- Silva, Armando Barreiros Malheiros da (1993): *Miguelismo. Ideologia e Mito*. Coimbra: Minerva.
- Silva, António Martins da (1993): “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”. Em: Mattoso, José (ed.): *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, vol. V, pp. 89-105.
- Silva, Joaquim Palminha (1990): “Guerrilhas, bandoleiros e rebeldes - 6: João Brandão e os Marçais”. Em: *História*, XII, 129, pp. 32-47.
- Sobral, José Manuel (1986): “Banditismo e política”. Em: Saraiva, Pe. José da Costa: *Monografia de Midões* (Cucujães), p. XIV, n. 10.
- Sobral, José Manuel (1990): “Banditismo e política – João Brandão no seu contexto político e social”. Em: Brandão, João (1990) [1870]: *Apontamentos da vida de João Brandão. Por ele escritos nas prisões do Limoeiro envolvendo a história da Beira desde 1834*. Lisboa: Vega, pp. III-VII, XIX-XXI.
- Valente, Vasco Pulido (1993): *Os “Devoristas”. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal.
- Walker, Charles (1990): “Montoneros, bandoleros, malhechores: criminalidad y política en las primeras décadas republicanas”. Aguirre, Carlos/Walker, Charles (ed.): *Bandoleros, abiegos*

*y montoneros. Criminalidad y violencia en el Perú, siglos XVIII-XX*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, pp. 107-136.

- Wiesebron, Marianne (1994): "Two Portuguese Bandits: José do Telhado and João Brandão" Em: *Portuguese Studies*, vol. 10, pp. 101-109.
- (1995): "Portuguese civil wars, politics and local power, a case study: The Brandões dos Midões". Em: Caldwell, Ronald et al. (ed.): *Selected Papers, 1994, Consortium on Revolutionary Europe*. Florida State University, pp. 488-500.
- (1996): "Cangaço e política: a época de Antônio Silvino na imprensa". Em: *Anos 90* (Porto Alegre), Nº 6, pp. 81- 103.
- (2001): "Liberals vs, Liberals in the Brazilian Empire and Portugal: Liberal Discourse among Entrenched Elites". Em: Riekenberg, Michael/Rinke, Stefan/Schmidt, Peer (eds.) (2001): *Kultur-Diskurs: Kontinuität und Wandel der Diskussion um Identitäten in Lateinamerika im 19. und 20. Jahrhundert*. Stuttgart: Heinz (Historamericana 12), pp. 401-425.